

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Os efeitos da educação no Brasil: acessos e retornos. Uma análise empírica.

Raquel Guilherme de Lima.

Cita:

Raquel Guilherme de Lima (2009). *Os efeitos da educação no Brasil: acessos e retornos. Uma análise empírica*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2009>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Os efeitos da educação no Brasil: acessos e retornos

Uma análise empírica

Raquel Guilherme de Lima

*Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ
raquel.guilherme@gmail.com*

Introdução

A proposta deste trabalho é avaliar o papel da educação (acesso e retorno) para a sociedade brasileira de acordo com as principais tendências apontadas pelos trabalhos realizados na área até então. Ênfase será dada para a investigação do efeito das credenciais de nível superior no país em questão. Pesquisas recentes apontam para a desvalorização das credenciais educacionais no Brasil. Ou seja, foi verificada uma tendência à redução dos retornos educacionais no país. Esse fato pode ser explicado através da formatação do sistema educacional brasileiro que se caracteriza por ter expandido, somente nas últimas décadas, de forma abrangente os níveis básicos, por oferecer formação “geral” ou acadêmica no nível secundário (sem tradição de ensino técnico ou vocacional) e ter um sistema de ensino superior elitista. Outro fator importante seria a maneira que o sistema terciário no Brasil está expandindo – predominantemente através do sistema de ensino particular. Os diplomas de nível superior adquiridos no sistema particular podem não ter o mesmo valor no mercado do que os diplomas de nível superior conquistados no sistema público. A discussão sobre os efeitos da educação no Brasil para a ascensão social de sua população será conduzida tendo como base a discussão teórica produzida na área e através da análise de dados a partir de surveys recentes produzidos no país.

O Trabalho de Carlos Costa Ribeiro e Florência Torche (2008) procura traçar os padrões da mobilidade intergeracional no Brasil através dos resultados obtidos com as análises das PNADs¹ de 1973, 1982, 1988 e 1996. Os dados demonstram um aumento na fluidez entre os estratos sociais brasileiros. Ribeiro e Torche (2008) assumem a educação como um fator determinante neste processo. Tradicionalmente, as pesquisas da área testam dois efeitos da educação para os níveis de mobilidade em determinado país, a saber: o efeito de equalização e o efeito de composição. O efeito de equalização é caracterizado pela diminuição na influência da origem social do indivíduo sobre seu alcance educacional. Este efeito seria decorrente da expansão do sistema educacional nas sociedades modernas. Por sua vez, o efeito de composição ocorre quando a influência da origem social do indivíduo decresce para os níveis educacionais superiores.

De acordo com estes pressupostos, Ribeiro e Torche reproduzem estas análises para o caso brasileiro. Porém, os resultados indicam a impossibilidade de se explicar o aumento da fluidez na sociedade brasileira através destes dois fatores. Os resultados evidenciam que a influência das características de origem sobre o alcance educacional não declinou com o passar dos anos. E ainda mostram que nem mesmo as credenciais obtidas no Ensino Superior são capazes de apagar as influências de origem para a classe de destino dos brasileiros. De posse destes resultados, os autores argumentam que as mudanças verificadas na sociedade brasileira não podem ser interpretadas a partir de uma perspectiva que enfatize mudanças geracionais como responsáveis pelo processo, ou seja, a substituição de uma coorte mais rígida por uma coorte menos rígida. Os autores sugerem uma interpretação que focalize um período abrangente de transformações que envolva toda a população economicamente ativa e, não somente, considere sucessões de coortes.

Os autores argumentam que o aumento da fluidez da sociedade brasileira pode ser explicado pela queda substancial quanto aos retornos que a escolaridade oferece para o indivíduo. Além desta relação, os autores também explicam as mudanças nos padrões de mobilidade encontrados no Brasil através do decréscimo da associação entre a posição de origem e a posição de destino do indivíduo. Estes indicadores conferem ambigüidade à argumentação. De um lado, poderíamos dizer que a queda da associação entre educação e classe de destino representaria uma

¹ Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar coletada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

desvalorização dos preceitos meritocráticos na sociedade brasileira. Contudo, o decréscimo da influência da posição de origem do indivíduo para sua posição de destino nos orienta para uma interpretação contrária.

De acordo com as pesquisas recentes, a influência da educação para a mobilidade social no Brasil não se daria através dos efeitos de equalização e de composição, mas sim através dos efeitos verificados quanto ao retorno da escolaridade para o destino dos indivíduos. Para o efeito de equalização os dados indicaram estabilidade e não decréscimo na associação entre origem e alcance educacional. É válido lembrar que a expansão do sistema brasileiro é recente e que, somente o nível fundamental de ensino pode ser considerado universal. O problema de acesso à educação ainda não pode ser descartado das análises sobre desigualdades de oportunidades no país. O efeito de composição, contrariamente ao esperado, evidencia um aumento da relação entre origem e destino para aqueles que possuem as credenciais do ensino superior. Em sua tese de doutorado sobre a expansão do ensino superior nas sociedades contemporâneas, Prates (2005) oferece uma análise comparativa do caso brasileiro - embora a temática do efeito do diploma de ensino superior para a mobilidade social dos indivíduos não seja central, o autor apresenta a discussão sobre o efeito de composição em sua tese. Assim como Ribeiro e Torche, Prates (2005), ao analisar as PNADs de 1973, 1982, 1988 e 1996, chega à conclusão de que a interação entre o status sócio-econômico de origem do pai e o diploma de ensino superior, ao contrário de diminuir os efeitos das características de origem do indivíduo sobre seu status sócio- econômico de destino tendem a aumentá-las.

Desta discussão acredito que podemos seguir dois caminhos frutíferos de análises para compreendermos os padrões de mobilidade social no Brasil e a influência que a educação possui neste processo. O primeiro seria investigar, através de novas pesquisas, a relação entre a escolaridade do indivíduo e sua classe de destino. Ribeiro e Torche (2008) encontraram evidências que confirmam um decréscimo nesta relação. O caso brasileiro apresenta padrões diferentes daqueles encontrados, por exemplo, nos países analisados por Ishida, Muller e Ridge (1995). Estes autores constatarem que a educação é um capital importante para a obtenção de posições privilegiadas no estrato social. No Brasil, a queda nos retornos educacionais coloca uma série de questionamentos. Com a perda da influência do papel da educação, quais mecanismos seriam responsáveis pela alocação de indivíduos nas diversas posições sociais? Poderíamos sugerir que ser membro de determinada rede social reservaria vagas privilegiadas para aqueles que dela fazem parte. Por outro lado, as credenciais educacionais sempre foram utilizadas pelas classes privilegiadas no Brasil como justificativas para a obtenção de melhores posições no estrato social, e,

concomitantemente melhores condições de vida. As classes desfavorecidas sofreram um longo processo de exclusão educacional, especialmente no que se refere as credenciais mais valorizadas do ensino superior. A influência de outros fatores para a determinação da posição do indivíduo pode ampliar as oportunidades de ascensão social na sociedade brasileira. Resta saber quais seriam estes *novos* mecanismos e como estariam distribuídos na sociedade.

A segunda alternativa de análise seria investir em modelos de transições educacionais para verificarmos quais são os pontos da trajetória educacional do indivíduo que mais sofrem influências de suas características de origem. As mudanças no sistema educacional brasileiro podem alterar a força de tais influências para determinadas transições. A expansão do ensino fundamental e médio pode reduzir os custos de se prosseguir ou não nestes níveis. Até mesmo o ensino superior, dado as recentes políticas de ampliação de vagas no sistema público e as políticas de subvenção de vagas no sistema particular, pode atrair e garantir o ingresso de membros outrora excluídos deste sistema. Contudo, o aumento da escolaridade das camadas desfavorecidas pode não representar ganhos relativos à mobilidade social destes indivíduos. Desta forma, para além do aumento das vagas no sistema de ensino, outros fatores podem impedir a progressão educacional das classes desprivilegiadas. A desvalorização das credenciais obtidas no sistema escolar seria um exemplo destes fatores. Prates (2005) argumenta nesse sentido quando aponta para a possibilidade de que títulos superiores conquistados em instituições particulares de ensino não receberiam a mesma valorização no mercado de trabalho comparado aos títulos recebidos em instituições públicas de ensino². É notório que atualmente o sistema particular de ensino superior absorve consideravelmente uma clientela oriunda dos estratos mais baixos da população. Esta discussão nos remete a proposta defendida Samuel R. Lucas que se trata da hipótese do *Effectively Maintained Inequality*. Lucas (2001) critica a abordagem das transições educacionais por esta não considerar o tipo de educação – diferenças em programas, currículos, instituições – que o indivíduo opta por receber ou não. O autor afirma que os fatores que irão determinar se o indivíduo progride ou não em determinada série também irão determinar onde e em quais condições ocorrerá a progressão escolar. O autor defende uma associação entre a abordagem das transições educacionais e a abordagem que considera os *Tracking* educacionais.

² Prates (2005) constrói sua hipótese tendo como referência teórica a sociologia das organizações. Para este autor o sistema de ensino particular deveria obedecer alguns aspectos organizacionais das universidades públicas para que melhor desempenho de seus egressos no mercado de trabalho.

O sistema brasileiro apresenta distinções institucionais substanciais quando tratamos do sistema particular e do sistema público de ensino. Para cada nível encontramos padrões de qualidade diferenciados. A proposta do *Effectively Maintained Inequality* – EMI – poderia ser utilizada para mensurar o efeito destas diferenças. Estas dimensões qualificam a abordagem das transições educacionais por considerarem outros mecanismos que são utilizados pelas classes dominantes para se diferenciarem dos demais participantes do sistema educacional. Todas estas hipóteses, entretanto, dependem da existência de surveys que incluam questões que captem as diferenças das instituições e dos currículos escolares. Além de obviamente possibilitarem análises sobre a mobilidade social dos indivíduos amostrados. As análises recentes sobre o caso brasileiro mostram que ainda há muito que discutir nesta área.

Análise de Dados:

*Obs: Valores em **negrito** não são significativos a 5%.*

O *survey* desenvolvido pelo Instituto do Milênio - IBOPE “Dimensões Sociais das Desigualdades” foi utilizado como fonte de dados para as análises que se seguem. Este banco de dados, finalizado em 2009, trás informações atualizadas que possibilitam análises sobre a evolução das desigualdades sociais intergeracionais. O banco conta com 8048 casos distribuídos por todo o Brasil.

I – Modelo Regressão Múltipla.

O primeiro modelo proposto pretende, basicamente, mensurar os efeitos da educação e da origem social para a posição do indivíduo (chefe do domicílio) no esquema de classes sociais EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarrero) programadas por Harry Ganzeboom³. As variáveis raça e sexo também foram incluídas nos modelos, pois, de acordo com literatura, possuem efeitos importantes para a compreensão desta relação.

Variável Dependente:

- EGP Chefe – Recodificada: 1 – selfempl Farmer, 2 – Farm Labor, 3 Unskilled Worker, 4 – Skilled Worker, 6 – Selfempl no empl, 7 – Selfempl with empl, 8 – Lower Sales Service, 9 – Routine Non Manual, 10 – Lower Controllers, 11 Higher Controllers.

Variáveis Independentes:

³ A syntax do esquema de classes utilizada foi elaborada por Harry Ganzeboom. Esta programação foi utilizada devido às dificuldades encontradas pelos pesquisadores do Instituto do Milênio para adequar os dados com outras classificações mais adaptadas ao caso brasileiro. A programação necessária para a criação desta variável foi encontrada no site: <http://home.fsw.vu.nl/HBG.Ganzeboom/>.

- EGP Pai do Chefe – Recodificada: 1 – selfempl Farmer, 2 – Farm Labor, 3 Unskilled Worker, 4 – Skilled Worker, 6 – Selfempl no empl, 7 – Selfempl with empl, 8 – Lower Sales Service, 9 – Routine Non Manual, 10 – Lower Controllers, 11 Higher Controllers.
- Sexo Recodificada: 1 = Homem e 0 = Mulher.
- Brancos e Não Brancos: Brancos e Amarelos = 1 e Pretos, Pardos e Indígenas = 0.
- Ensino Médio – 11 anos de escolaridade (ensino médio) = 1, 8 anos de estudo (ensino fundamental) = 0 e 15 anos de estudo ou mais (superior e pós) = 0.
- Ensino Superior – 11 anos de escolaridade (ensino médio) = 0, 8 anos de estudo (ensino fundamental) = 0 e 15 anos de estudo ou mais (superior e pós) = 1.

As estatísticas de ajuste revelam que de maneira geral o modelo proposto se adéqua bem aos dados. A capacidade preditiva do modelo – dado fornecido pela estatística R^2 - é igual a 24,6%. Ou seja, podemos dizer que 24,6% da variação encontrada na variável dependente pode ser atribuída à alterações conjuntas nas variáveis independentes.

II – Modelo Regressão Múltipla – Inclusão de Termos Interativos.

No segundo modelo, apresento a seguinte questão para problematizar o modelo apresentado acima: Como seria a interação do EGP do pai do chefe com os níveis de escolaridade (médio e superior) alcançados pelo indivíduo? Ela agiria no sentido de diminuir (coeficiente negativo) os efeitos da herança social ou, pelo contrário, agiria no sentido de aumentar (coeficiente positivo) os efeitos de origem? Para responder à essa questão foram criados dois termos interativos (imedio e isuperior) e agregados à análise.

A capacidade preditiva do modelo não muda com a inclusão dos termos interativos. $R^2 = 24,6\%$. Ou seja, 24,6% da variação observada na variável dependente é explicada pelo modelo proposto.

Os termos interativos indicam que a interação entre escolaridade, tanto com o nível médio quanto com o nível superior, com o EGP do pai do chefe tende a diminuir os efeitos da origem social para o EGP do indivíduo. Contudo, os coeficientes encontrados para os termos interativos não apresentaram índices de significância satisfatórios.

AJUSTES DOS MODELOS

Regressão Múltipla I	Regressão Múltipla II
$R^2 = 24,6\%$	$R^2 = 24,6\%$
sig = .000	sig = .000

Regressão Múltipla I		Regressão Múltipla II	
Variável	Coefficiente B	Variável	Coefficiente B
(Constant)	5,592	(Constant)	5,304
EGP Pai do Chefe - Recodificada	0,085	EGP Pai do Chefe - Recodificada	0,150
Sexo - Recodificada	-0,683	Sexo - Recodificada	-0,683
Branços e Não Branços	0,158	Branços e Não Branços	0,160
ensino superior	3,764	ensino superior	4,302
ensino médio	1,198	ensino medio	1,566
		imedio	-0,080
		isuperior	-0,101

III Modelo Regressão Múltipla – Split File Rede de Ensino.

O terceiro modelo repete o primeiro modelo de regressão realizado separadamente, de acordo com a rede que o indivíduo cursou a última série de ensino declarada. Por exemplo, podemos confirmar a hipótese de que as credenciais obtidas no sistema de ensino superior público são mais “valiosas” do que as credenciais obtidas no sistema de ensino particular.

Rede Particular = 0:

Para os indivíduos que obtiveram a última série do ensino médio ou do ensino superior no sistema particular, o modelo de regressão múltipla proposto explica 25% das variações na posição de classes daqueles

Rede Pública= 1:

O valor do R^2 cai significativamente para a análise feita considerando apenas os egressos da rede pública. Podemos dizer que o modelo proposto explica apenas 18,3% das variações observadas na posição de classe do indivíduo em comparação ao valor de 25% encontrado no último modelo. Este dado nos sugere que para explicarmos as mudanças na variável dependente é necessária a inclusão de variáveis diferentes em relação ao primeiro grupo. Ou, que as variáveis que ainda possam ser incluídas em ambos possuam pesos diferenciados de acordo com a rede de ensino onde as credenciais educacionais foram obtidas.

Valor das Credenciais por Rede de Ensino Superior:

Para o sistema público os coeficientes encontrados para o ensino médio e para o ensino superior foram: 1,276 e 3,722.

A diferença entre o valor da credencial do ensino superior particular e o valor da credencial de ensino superior público é igual a 0,369. Nos dois modelos a variável ensino superior foi significativa. Neste caso, seria esperada uma diferença maior entre as duas redes – de acordo com a literatura. A credencial do ensino superior público aumenta em 0,369 unidades a mais o EGP do indivíduo em relação as credenciais obtidas no sistema particular de ensino. A rede de ensino particular é tratada como um bloco homogêneo. Convivem dentro deste grupo instituições tradicionais de ensino, como a PUC, e outras instituições que datam de um período recente de intensa expansão do setor. Diferenciar essas instituições poderia alterar os resultados e aumentar a vantagem daqueles egressos do sistema público. Por outro lado, a diferença no R^2 dos dois modelos também aponta caminhos interessantes para análise. Outros fatores podem fazer a diferença para o público que frequenta as instituições de ensino superior públicas para a definição de sua classe. Fatores como o capital social do indivíduo, entre outros.

AJUSTES DOS MODELOS

Regressão Múltipla III - Rede Particular	Regressão Múltipla IV - Rede Pública
$R^2 = 25\%$	$R^2 = 18,3\%$
sig = .000	sig = .000

Regressão Múltipla III - Rede Particular		Regressão Múltipla IV - Rede Pública	
Variável	Coeficiente B	Variável	Coeficiente B
(Constant)	6,796	(Constant)	5,416
EGP Pai do Chefe - Recodificada	-0,022	EGP Pai do Chefe - Recodificada	0,134
Sexo - Recodificada	-0,683	Sexo - Recodificada	-0,744
Branços e Não Brancos	0,068	Branços e Não Brancos	0,095
ensino superior	3,353	ensino superior	3,722
ensino medio	0,818	ensino medio	1,276

IV Modelo Regressão Logística – Transição Educacional

Este modelo pretende mensurar o efeito percentual das variáveis de origem sócio-econômica, cor e gênero sobre a transição para o ensino superior. Nesta análise o banco também foi segmentado. No caso, foram criados faixas de idade que representam gerações distintas. Abaixo as variáveis.

Variável Dependente:

- Possibilidade de completar pelo menos um ano de ensino superior: 0 a 11 anos de escolaridade = 0 e 12 anos ou mais = 1.

Variáveis Independentes:

- Sexo: Mulher = 1 e Homem = 0.
- EGP Pai do Chefe – Recodificada: 1 – selfempl Farmer, 2 – Farm Labor, 3 Unskilled Worker, 4 – Skilled Worker, 6 – Selfempl no empl, 7 – Selfempl with empl, 8 – Lower Sales Service, 9 – Routine Non Manual, 10 – Lower Controllers, 11 Higher Controllers.
- Brancos e Não Brancos: Brancos e Amarelos = 1 e Pretos, Pardos e Indígenas = 0.
- Anos de Escolaridade da Mãe.

O efeito do EGP do pai do indivíduo apresenta uma tendência à queda de influência no processo de transição educacional para o ensino superior.

A variável raça não possui valores significativos para as coortes mais recentes. De maneira geral, primeiro indica a vantagem de brancos e amarelos em relação a pardos, negros e indígenas com relação às chances de completar pelo menos um ano de ensino superior.

A variável escolaridade da mãe apresenta valores significativos para todas as coortes. De maneira geral, podemos apontar uma tendência a queda da influência desta variável para as chances do indivíduo completar pelo menos um ano de ensino superior.

De forma geral, os dados demonstram a queda da influência de características adscritas na probabilidade do indivíduo realizar a transição educacional para o ensino superior no Brasil. Isto pode ser um sinal de que a sociedade brasileira esteja se tornando mais igualitária. Outras análises precisam ser feitas para qualificar esta hipótese.

Probabilidade de Completar pelo menos 1 ano Ensino Superior				do
Coortes				
	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-65 anos
Sexo	101,56	-8,09	11,20	5,91
Classe Pai (EGP - Ganzeboom)	15,90	18,15	23,45	19,53
Raça	77,63	71,98	98,72	324,16
Escolaridade Mãe	21,02	21,55	18,89	23,58
Constante	-98,71	-98,09	-98,49	-99,07

Valores em Negrito não são significativos a 5%

Bibliografia

- o ISHIDA, Hiroshi; MULLER, Walter; RIDGE, John M. Class Origin, Class Destination, and Education: A Cross-National Study of Ten Industrial Nations. *The American Journal of Sociology*, Vol.101. N. 1, 145-193. 1995.
- o LUCAS, Samuel, R. Effectively Maintained Inequality: Education Transition, Track Mobility, and Social Background Effects. *The American Journal of Sociology*, Vol. 106, N. 6, 1642-1690. 2001.
- o PRATES, Antônio Augusto Pereira; AGUIAR, Neuma de Figueiredo.; Universidade Federal de Minas Gerais. Os sistemas de ensino superior na sociedade contemporânea diversificação, democratização e gestão organizacional - o caso brasileiro. 2005. enc. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- o RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; TORCHE, Florência. What Drives Intergenerational Mobility? Education and Social Fluidity in Brazil. 2008. (manuscrito)